TL7494

Timor Leste:
Identidade, Língua e Política Educacional

Prof. Dr. Geoffrey Hull
Universidade de Western Sydney (Austrália)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense;
Excelências, Reverendos Padres e Irmãs, Senhoras e Senhores:

Agradeço profundamente a grande honra que me foi concedida ao ser convidado para me dirigir ao Congresso Nacional.

Quando há um ano quase 80% da população de Timor Leste votou pela independência, o mundo inteiro pôde testemunhar a vossa admirável unidade nacional, unidade essa que manteve a identidade cultural do país durante todo o período da ocupação indonésia. Foi com considerável pesar que os amigos de Timor Leste no estrangeiro se deram conta, após o referendo, que estavam a surgir divergências relativas à futura língua oficial da nação. Este é um problema sério, porque o mais importante símbolo nacional é sem dúvida a língua. As dúvidas acerca da língua oficial envolvem também importantes questões acerca da identidade nacional.

Como linguista, que se dedica desde há anos ao estudo e à preservação do património cultural de Timor Leste, sobretudo as suas línguas, a minha contribuição para esta conferência é expor as minhas perspectivas sobre esta problemática. Nesta palestra apresentarei alguns princípios relativos às políticas linguistica e cultural, comparando a situação de Timor Leste com a de outros países. Apresentarei também alguns factos, acontecimentos históricos e fenómenos sociais que em muito contribuiram para a identidade única do povo de Timor Leste.

Quando, no final da Segunda Guerra Mundial, o colonialismo entrou na sua fase final, cada um dos novos estados teve que encontrar e promover a sua própria identidade nacional. Nos países que compartilhavam a mesma língua, cultura e religião com os seus vizinhos, a procura de uma identidade única era por vezes difícil, como no caso de numerosos países de língua árabe. Em outros casos, sobretudo em África, os novos estados ficaram com as fronteiras outrora criadas pelas potências coloniais. Os estados nascidos destas divisões eram artificiais, pois agrupavam populações de diferentes línguas, tradições e religiões. Uma vez que não existia uma cultura comum, os novos governos viram-se impossibilitados de elevar um dos múltiplos vernáculos ao estatuto

de língua nacional, devido ao receio de alienar grupos lingísticos minoritários. Foi por esta razão que a maioria dos estados africanos decidiu manter como língua oficial a língua da sua antiga potência colonizadora—quer o inglês, o francês ou o português. A língua em questão, apesar de ser estrangeira na origem, tinha indubitavelmente a enorme vantagem de ser neutra.

Pelo contrário, em Timor Leste, quando há vinte e cinco anos o território começou a emergir da sua fase colonial, não foi necessário procurar uma identidade nacional. O país era único do ponto de vista linguístico, com quinze línguas indígenas, a maioria das quais puramente timorense (ou seja não faladas na Indonésia), tendo-se ramificado algumas delas em múltiplos dialectos locais. Além desta poliglossia, grande parte do território estava unificado pelo uso do tétum como língua franca, e as pessoas que tinham ido à escola também falavam o português. Esta poliglossia não impedia que os funcionários da colónia e o clero católico comunicassem com a população, visto que os indígenas que não falavam o português, podiam comunicar através do tétum-Dili (tétum-praça) uma variante de tétum mesclado com o português e por isso facilmente aprendido pelos europeus.

É possível comparar o tétum de Timor Leste com o malaio das Índias Orientais Holandesas. Tal como na parte portuguesa de Timor os falantes de macassae, mambae ou búnaque podiam comunicar entre si usando o tétum, também as populações de Sumatra, Java, Bornéu, Celebes e das outras inúmeras ilhas, estavam unidas pelo uso comun do malaio, que se havia difundido a partir de Sumatra oriental. Dado o grande relevo desta língua na colónia holandesa, quando foi criada a República da Indonésia, o novo governo, apesar de ser dominado pelos javaneses, escolheu o malaio e não o javanês, como língua oficial. Foi com o objectivo de empregar a língua como poderoso instrumento da ideologia nacional que eles mudaram o seu nome para *Bahasa Indonesia* 'língua Indonésia'.

Para melhor compreender a situação cultural existente em Timor Leste, é necessário analisar a história recente da Indonésia, porque os acontecimentos nesse país viriam a afectar directamente a antiga colónia portuguesa. Esta influência atingiu o seu apogeu durante a Ocupação (1975-1999), quando o invasor indonésio proibiu em todas as escolas o ensino do português, substituindo-o pelo ensino do indonésio. Os novos programas ensinavam às crianças a cultura e a história indonésias, ignorando por completo a especificidade da cultura e história de Timor Leste. Como seria de esperar, os efeitos da educação indonésia sobre as crianças e adolescentes timorenses iriam levá-los a compreender e interpretar o mundo e o seu próprio país através do prisma indonésio.

Enquanto o regime do Suharto difundia a sua ideologia nacionalista através do sistema de ensino, o exército indonésio aterrorizava e oprimia a população timorense. Muitos jovens, ainda que produto da educação escolar e universitária suhartiana, foram atraídos para a esfera do movimento de resistência nacional. Estes estudantes, cujas patrióticas e corajosas acções lhes mereceram a admiração do mundo inteiro, deram à luta nacional um poderoso contributo que alguns chegaram a pagar com o seu próprio sangue.

Infelizmente, quando Timor Leste ganhou a sua independência, cedo surgiu uma importante clivagem entre a velha e a nova geração. Todos os timorenses estavam unidos em relação à fundação do novo estado; divergiam, no entanto, quanto à questão da língua e da cultura.

Neste momento existem duas perspectivas antagónicas sobre a identidade cultural de Timor Leste, e entre estas existe todo um leque de correntes e pontos de vista. Por um lado, os elementos da velha geração querem que o português seja a única língua oficial, e não prevêem qualquer tipo de estatuto oficial para o tétum ou para os outros vernáculos. No extremo oposto, estão os jovens que querem que apenas e só o tétum seja a língua oficial, manifestando-se deveras apreensivos em relação ao português. Uns argumentam que o português deveria ser utilizado como língua de contacto entre Timor Leste e o mundo, enquanto que outros são da opinião que o inglês tem um valor mais prático que o português. Quanto ao indonésio, existem timorenses dispostos a restabelecer esta língua por ser de grande utilidade na região em que Timor Leste se encontra geograficamente integrado. Outros gostariam de a abolir por completo, em virtude da sua identificação a ocupação de Suharto. Estes conflitos e opiniões divergentes têm vindo a dividir e a exaltar os ânimos da nação.

Como é que surgiu esta situação? Podemos encontrar as raízes do conflito na dualidade do passado colonial de Timor Leste: por um lado a jovem geração influenciada pelo neo-colonialismo indonésio, e por outro, a geração mais velha que cresceu no âmbito do colonialismo clássico português.

Antes de mais, devemos considerar os efeitos da ideologia nacionalista indonésia na mente da geração do pós-1975. Mas para fazer isto, é preciso considerar a história recente da Indonésia. Depois de ter ganho a sua independência, o regime de Sukarno aboliu gradualmente a língua holandesa, começando primeiro com o próprio governo e a administração, e finalmente naquelas escolas que até então tinham utilizado a língua holandesa como meio de ensino. A abolição da língua e o incitamento à hostilidade popular contra ela estava em sintonia com a ideologia rigorosamente anti-colonial da nova república.

Como já vimos, o estatuto do malaio como língua nacional e oficial da Indonésia não era partilhado com qualquer outro vernáculo, nem mesmo o javanês. A Constituição indonésia permitia o ensino parcial dos vernáculos que fossem falados por mais de dois milhões de pessoas. As demais línguas, na sua quase totalidade, não tinham qualquer relevância na educação pública. Na imprensa, o indonésio também era dominante, marginalizando ou até excluindo os vernáculos como o javanês, o balinês, o batak, ou o dawan de Timor Ocidental.

Contudo, como o malaio indonésio não era uma língua mundial, a nova nação necessitava de uma segunda língua para comunicar com os outros países. Depois de ter abolido o holandês, as autoridades de Jacarta optaram pelo inglês. Anos mais tarde o regime do presidente Suharto continuaria a promover o inglês como a língua de maior utilidade económica. Por isso, é hoje o inglês, e não o holandês, a língua estrangeira que mais se ensina nas escolas e universidades indonésias.

A importante ilação que podemos tirar deste processo é que todos aqueles timorenses que hoje propõem que só o tétum seja a língua oficial, os mesmos que pedem a erradicação do português como 'língua colonial', os que não visualizam que haja lugar nas escolas ou nos meios de comunicação para os vernáculos baiqueno, fataluco, mambae ou quémaque etc., os que querem elevar o inglês a língua co-oficial em Timor Leste—tais pessoas, quer compreendam ou não, estão na realidade a tentar impor à nação a mesmíssima fórmula cultural ontem imposta por Jacarta na 'vigésima-sétima

província'. Neste programa, a que chamarei 'modelo cultural suhartiano', o tétum substitui o indonésio como língua neo-colonial, ao mesmo tempo que recusa o português (paralelismo com o holandês), e marginaliza todos os outros vernáculos que fazem parte do património de Timor Leste (paralelismo com os vernáculos indonésios).

É moralmente inadmissível difamar qualquer nação ou cultura, e a razão pela qual se critica o modelo cultural suhartiano em Timor Leste não é por este ser um produto da Indonésia mas por ser totalmente incompatível com a realidade cultural de Timor Leste, e, como tal, de viabilidade duvidosa. A razão para tal incompatibilidade está relacionada com as grandes diferenças históricas entre a Indonésia e Timor Leste.

No estudo da história mundial são bem conhecidas as diferenças entre os modelos de colonialismo holandês e português. O que qualquer pessoa pode observar é que o colonialismo português e holandês produziram tendências opostas nas terras por estes colonizadas. Sem querer simplificar este tema tão complexo, é possível afirmar que os holandeses estavam pouco interessados (pelo menos ao nível político) em se misturar com os povos indígenas. Os holandeses tinham pouca motivação para impor a religião calvinista aos seus súbditos. Não fazia parte dos seus projectos obrigar os indígenas a aprender o idioma holandês (na sua vasta colónia os holandeses aprenderam eles mesmos o malaio, e encorajaram o seu uso em todos os sectores). O complemento de tal política aparentemente filomalaia, a exclusão dos indígenas face à cultura holandesa era apenas uma das estratégias utilizadas pelos holandeses para manterem a sua superioridade racial. Quando os holandeses sairam de vez da Indonésia, a sua influência sobre as línguas e culturas locais era ainda bastante superficial.

Contrariamente aos holandeses, os portugueses tiveram sempre como objectivo a assimilação das populações por si conquistadas e acrescentadas ao seu império. Em Timor, como nas outras colónias, os casamentos mistos entre as duas raças eram normais. Os portugueses chegaram à ilha de Timor com a finalidade—embora não totalmente realizada durante o período colonial—de converter toda a população ao catolicismo. Embora seja de notar que a conversão não foi forçada (como havia sido em Goa e Malaca), a maioria dos régulos timorenses aceitou o baptismo, recebendo nomes portugueses e títulos aristocráticos. Em muitos reinos a bandeira portuguesa tornou-se um *lúlic,* guardado e adorado em casas sagradas.

Como resultado da campanha de difusão da língua portuguesa durante a segunda metade do século XIX, o tétum e os outros vernáculos ficaram impregnados de expressões, vocábulos e estruturas sintáticas portuguesas. Pelo menos duas vezes durante a 'missão civilizadora' de Portugal em Timor Leste, a colónia adquiriu o estatuto de província ultramarina, sendo considerada tal como Lisboa ou Coimbra parte integrante da pátria portuguesa.

É muito significativo que, ao passo que o governo de Sukarno era motivado pelo desejo de eliminar todas as interferências culturais holandesas na Indonésia independente, o regime da Fretilin durante 1975, apesar de ser crítico em relação ao colonialismo salazarista, continuou a valorizar a língua portuguesa como elemento ancestral e integrado na cultura nacional de Timor Leste. Mesmo a minoritária Apodeti, que visava a integração com a Indonésia, retinha nos seus estatutos o uso oficial do português.

Contudo, analisando o impacto do colonialismo português em Timor Leste, convém reconhecer os aspectos negativos assim como os positivos. De certa maneira, o contacto

com Portugal renovou e consolidou a cultura timorense, mas não é menos verdade que na vida pública, a administração colonial não deu qualquer relevo ao tétum nem aos outros vernáculos. O português era o único veículo de instrução escolar, e as matérias leccionadas eram sempre lusocêntricas, ignorando por completo a cultura e a história timorense. Portanto não é de estranhar que muitos dos indíviduos escolarizados dentro deste sistema tenham ficado com uma distinta mentalidade colonial que se manifesta quando estes menosprezam o papel das línguas e das institutições indígenas, traduzindo-se também na oposição ao movimento para o uso do tétum como língua oficial. Este programa de assimilação portuguesa pode-se denominar o 'modelo cultural salazarista'.

Embora a ocupação indonésia fosse na sua totalidade uma experiência negativa para os timorenses, é inegável que a ocupação foi (mesmo que não intencionalmente) benéfica para o tétum. É provável que se as autoridades indonésias não tivessem banido o uso do português, a Igreja não tivesse feito uso do tétum como língua litúrgica geral. Mas devido à brusca necessidade de celebrar o culto divino em tétum, o clero teve de traduzir o missal romano, bem como partes da Bíblia para criar um leccionário. A necessidade de traduzir todos estes materiais fez com que os religiosos se consciencializassem da beleza e do potencial do tétum como meio literário.

Uma vez que era preciso traduzir os textos sagrados para uma linguagem digna, os tradutores adoptaram numerosas palavras e expressões do tétum-térik (tétum rural arcaico). Este processo serviu para reduzir o hiato existente entre as duas variedades principais de tétum, e ajudou a converter um simples dialecto numa língua literária. Os leigos que cultivavam o tétum durante a Ocupação desempenharam, eles também, um papel importante no desenvolvimento da língua. Ao mesmo tempo que muitas palavras indonésias entravam no tétum falado, numerosos escritores deliberadamente mantinham a língua livre de qualquer influência indonésia e continuavam a derivar novos vocábulos do português e do tétum-térik.

Ao contrário do previsto e apesar de ser fortemente reprimida pelos indonésios, a língua portuguesa não se extinguiu em Timor. Este facto é significativo pois demonstra que a nível da cultura local, o português não era um elemento estranho como havia sido o holandês na Indonésia, que após a saída dos holandeses desapareceu da maioria dos sectores da sociedade.

Na realidade convém agrupar as línguas usadas em Timor Leste em duas categorias. Devem-se distinguir as línguas que desde há muito fazem parte da cultura local das línguas que só há pouco tempo foram introduzidas. Na primeira categoria, a das línguas que se podem classificar como verdadeiramente nacionais, estão o tétum, os outros catorze vernáculos e a variedade timorense do português (que tem características próprias e por vezes arcaizantes). Na outra categoria, a das línguas estrangeiras cujo impacto nos vernáculos indígenas não foi tão profundo como foi o do português, estão o inglês e o indonésio.

A política que procura a abolição do português em Timor Leste não toma em consideração a força que canalizou a resistência nacional contra o domínio indonésio: o tradicionalismo. Os timorenses são um povo fortemente enraizado na sua terra e nos seus costumes tradicionais. Os seus antepassados submeteram-se ao poder português só porque os europeus não interferiram muito nas instituições nativas e fizeram poucas tentativas de mudar a cultura indígena. Para a maioria dos timorenses, a influência do cristianismo e da língua portuguesa, apesar de ser constante, era indirecta. Pelo

contrário, o regime de Suharto tornou-se profundamente odioso para a população em geral por causa do seu desprezo pela cultura timorense e das suas pesadas medidas para eliminar o passado colectivo dos timorenses.

Parece-me que o papel central da língua portuguesa na civilização timorense é completamente inquestionável. Em poucas palavras, se Timor Leste deseja manter uma relação com o seu passado, dever manter o português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memória tornar-se-á numa nação de amnésicos, e Timor Leste sofrerá o mesmo destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na génese da cultura nacional.

Parece axiomático que o conhecimento do passado duma nação seja uma condição prévia para a construção de um futuro próspero, mas estamos num tempo materialista em que a procura agressiva de poder económico ameaça seriamente as instituições bem como aqueles valores tradicionais que ainda não foram destruídos. É importante que os seres humanos tenham presente que um poder económico que os diminui espiritual, intelectual e culturalmente é na realidade uma forma de tirania.

Receio que considerações de carácter materialista tenham inspirado, pelo menos em parte, o súbito movimento em Timor Leste para a promoção do inglês como língua co-oficial. Neste momento parece haver uma certa corrente popular que identifica a língua inglesa como a única chave da tão desejada prosperidade económica. O que me parece que não é tido em conta é a considerável ameaça que o inglês pode representar para a integridade cultural de Timor Leste.

Ninguém pode negar os benefícios para Timor Leste inerentes à adopção do inglês como segunda língua. No mundo de hoje o inglês está estabelecido como língua internacional e é o meio preferido da tecnologia moderna. Também não se pode ignorar a importância do inglês como veículo de uma magnífica literatura e de uma civilização cosmopolita.

Eu não prevejo qualquer problema se o novo governo de Timor Leste decidir promover o inglês como segunda língua, sem qualquer estatuto oficial, tal como é a prática corrente na Indonésia, Portugal, Japão e em muitos outro países. Assim contido, não é provavel que o inglês se encontre em em posição de ameaçar a cultural tradicional de Timor. Se por outro lado, os líderes timorenses cometerem o erro de pôr o inglês no lugar do português, as consequências que daí resultarão terão sem dúvida graves implicações para o futuro do país.

Os linguistas referem-se frequentemente à língua inglesa como uma língua 'assassina', uma língua imperialista, que na história mundial tem mais do que qualquer outra, a triste fama de levar outras línguas à extinção. (Este carácter linguicida do idioma de Shakespeare não tem nada a ver com a sua estrutura interna; é sim um produto das culturas de que o inglês tem sido o veículo). Nos tempos modernos, a identificação do inglês com a superioridade tecnológica dá-lhe uma decisiva e injusta vantagem em relação às outras línguas que são veículos de culturas tecnologicamente menos sofisticadas.

O prestígio da língua inglesa é responsável pela arrogância, geralmente não intencional, que tende a caracterizar os anglófonos, sobretudo quando estes entram em contacto com

outras línguas e culturas. Nos países em que domina o inglês, a ideia de que esta língua é o meio 'normal' ou 'preferível' para o ensino escolar, para o rádio, a televisão, os vídeos, os jornais, as revistas e para a produção literária pode facilmente levar à conclusão que as outras línguas são menos adequadas aos tempos modernos, e por isso devem ser substituídas pelo inglês. Este problema é particularmente preocupante nos países em que o idioma inglês coexiste com uma ou mais línguas indígenas.

Quando os falantes de línguas minoritárias e do Terceiro Mundo se tornam infectados com este complexo de inferioridade, os resultados tendem a ser desastrosos. As populações afectadas tendem a ficar envergonhadas com as suas línguas maternas, e existe nelas a grande tentação de não transmitirem aos seus descendentes o que consideram ser 'desnecessárias relíquias do passado', símbolos e costumes 'atrasados', sobretudo quando, para cúmulo, o seu uso é desencorajado pelo estado. As vítimas deste processo de atrofia cultural são numerosas, sobretudo nos Estados Unidos e na Austrália. A maioria das línguas indígenas, fora das Reservas Indias, já desapareceu nos Estados Unidos. Das 250 línguas aborígenes faladas na Austrália quando os ingleses invadiram em 1788, apenas 100 sobrevivem hoje, e muitas destas encontram-se à beira da extinção.

As vítimas da língua inglesa não estão confinadas a áreas do Novo Mundo inundadas pela imigração branca. Nas Ilhas Britânicas das cinco línguas célticas modernas, duas, o córnico da Cornualha e o manês da Ilha de Man, já desapareceram. No País de Gales o idioma galês está a lutar para sobreviver, e as perspectivas para o gaélico são desfavoráveis, não só na Escócia nas também na Irlanda independente, onde as tentativas do estado para desfazer a anglicanização têm sido em grande parte frustradas. O dialecto francês das Ilhas Anglo-Normandas já desapareceu em certas ilhas e está moribunda em outras, apesar da proximidade da França.

Voltando agora para o caso da língua oficial portuguesa em Timor Leste, podemos ver a aparência de uma imediata vantagem para o tétum e para outros vernáculos no português ter um prestígio menor do que tem o inglês. Este facto faz com que o português não vá constituir uma ameaça para a ordem linguística tradicional. No entanto, contrariamente a isso, nos países em que o português é a língua oficial, poucos foram os vernáculos que desapareceram por causa do prestígio do português. Por vários factores de ordem histórico-cultural, a língua portuguesa tem-se mostrado mais capaz de se harmonizar com as línguas indígenas que o inglês.

Para Timor Leste, o português tem também a vantagem de que o tétum (língua franca) não seja formalmente muito afastado do português na sua pronúncia, gramática e vocabulário. O português não é um idioma demasiado difícil para os timorenses pois estes já possuem um relativo conhecimento passivo do português devido ao facto de que já falam o tétum-Dili. O mesmo já não se poderia dizer da relação entre o tétum e o inglês. Mesmo quando os timorenses (que pelo facto de serem poliglotas são naturalmente bons linguistas) aprendem a falar fluentemente em inglês, a qualidade do seu inglês—sobretudo em relação à pronúncia e à gramática—tende a ser notavelmente inferior em relação ao seu português.

Parece claro que o tétum seria um parceiro muito inferior e ameaçado num eventual binómio com o inglês. As perspectivas para a sobrevivência e o desenvolvimento do tétum são mais animadoras num contexto de relação contínua com o português, que é a sua fonte tradicional para a ampliação e a renovação do léxico.

Porém não se pode deixar de mencionar que a preferência pelo português como língua co-oficial de Timor Leste não é apenas relativa a factores culturais e ecológicos. O português em si é um idioma de importante relevo no mundo moderno: Tal como o inglês, o português é uma língua internacional com (incluindo os seus dialectos) mais de 180 millhões de falantes na Europa (Portugal e Galiza), África, Brasil, e três pequenas áreas da Ásia (Goa, Macau e Malaca), bem como em Timor Leste. Apesar de não ser usada internacionalmente como língua franca, como o inglês, o português é mais falado no mundo do que o russo, o japonês, o alemão, o francês ou o javanês.

A distância que separa os outros países de língua oficial portuguesa de Timor não constitui por si qualquer problema na idade do avião sónico e das comunicações electrónicas. E tanto mais que a Lusofonia, ou comunidade dos países de língua oficial portuguesa, irá ligar Timor Leste com uma comunidade mundial, proporcionando vantagens sociais e culturais e benefícios materiais.

Na esfera económica, o português também deve ser visto como uma porta de abertura. A maioria dos anglófonos, por motivos culturais, fazem-se notar pelo seu mau domínio de outras idiomas, um defeito também devido ao facto de que, na sua evolução histórica, a língua inglesa se afastou muito não só das demais línguas germânicas, mas também das línguas neolatinas pelas quais foi influenciada. Enquanto que o inglês é importante para Timor Leste pelo seu valor intrínseco, o português também tem uma utilidade indiscutível por ser intimamente ligado a três outras línguas neolatinas: o espanhol, o italiano e o francês.

Estas línguas (sobretudo o espanhol e o francês) têm uma grande importância no mundo do comércio, e os timorenses que aprendam a falar estas línguas, usando o português como trampolim, vão automaticamente aumentar as suas possibilidades de emprego. Poderão encontrar trabalho em vários sectores, como os do comércio ou da diplomacia, mas sobretudo na indústria turística. Se o novo governo decidir desenvolver o ecoturismo como principal indústria nacional, os futuros candidatos para este importante sector vão sem dúvida necessitar da fluência em línguas estrangeiras para satisfazer as necessidades dos visitantes estrangeiros. O novo governo deveria pois dar prioridade à criação de um instituto de ensino de línguas estrangeiras, para efeitos vocacionais, em particular cursos intensivos de espanhol, francês e italiano para estudantes que já sejam fluentes em português. Cursos de alemão, russo, mandarim e japonês poderiam complementar os programas de línguas neolatinas e de inglês.[1]

---

[1] Com relação à exploração comercial do português, acho que os líderes timorenses poderiam tirar grande proveito de uma visita de estudo à República das Seychelles no Oceano Índico, Esta nação pequena, cujo ambiente natural fica quase intacto, oferece um bom modelo de ecoturismo, a sua indústria principal. As Seychelles foram colónia britânica até 1976, mas a população utilizava o inglês apenas para fins oficiais. A língua cultural e a da Igreja era o francês, uma vez que antes das Guerras Napoleónicas as ilhas pertenciam à França. O crioulo francês continua a ser o vernáculo.

No ano da independência foi considerada a possibilidade de abolir o francês, mas em vez de tal acontecer, o novo governo decidiu tornar o francês co-oficial com o inglês e o crioulo. Com o desenvolvimento do ecoturismo, a administração usou o francês como trampolim para o ensino do italiano e o espanhol, línguas faladas (com o francês) por uma larga percentagem dos turistas. A promoção do ecoturismo baseado num ambiente pitoresco e no património cultural francês destas ilhas, conseguiu proporcionar à população uma economia saudável com numerosas oportunidades de emprego.

No caso de Timor Leste, a beleza natural da ilha e a sua rica e colorida cultura indígena, coexistindo com a cultura portuguesa local—arquitectura, gastronomia, música, etiqueta e charme—podem ser inteligentemente exploradas na promoção de Timor Leste como um atraente destino turistico.

Necessidades de ordem prática vão obrigar a nova nação de Timor Leste a continuar utilizando a língua falada pela maioria dos seus vizinhos: o indonésio. É claro que esta língua, cujo impacto na sociedade timorense ainda é bastante recente e superficial,[2] não merece estatuto oficial (considerações políticas aparte). Contudo, os timorenses que comerciem com a Indonésia e a Malásia, assim como os que vão trabalhar ou estudar nestes países, precisarão dum bom conhecimento do malaio-indonésio.

O novo governo deve portanto reconhecer o grande valor, em termos de recursos humanos, dos jovens malaiófonos. Estes cidadãos devem ser encorajados a fazer o seu contributo para o processo de construção da nação: os timorenses que falam a língua indonésia podem desempenhar um papel de relevo no comércio e na diplomacia de Timor Leste com a região da Ásia do Sudeste.

É bem conhecida fora de Timor a reacção negativa à restauração da língua portuguesa, que tem sido interpretada como uma ameaça pessoal aos jovens que foram educados nas escolas indonésias. Entre estes há um medo generalizado que não sejam capazes de competir no meio social com outros timorenses que dominam bem o português. O seu medo de se tornarem cidadãos de segunda classe, impossibilitados de obterem bons empregos e outros cargos, é perfeitamente compreensível.

Este problema em si mesmo é bastante sério. Contudo, é preciso afirmar que no processo de reconstrução, todos os cidadãos devem fazer sacrifícios de vária ordem. Se na realidade o português é parte integrante da cultura nacional, a juventude deve fazer um esforço colectivo para aprender ou reaprender esta língua. Na mesma medida, a geração mais velha tem o dever de fazer todas as concessões necessárias para não alienar os jovens ainda não lusófonos, por exemplo utilizar o tétum em encontros públicos quando haja pessoas que não falam o português. Além do mais, toda a documentação escrita moderna em português deve ser traduzida em tétum para ser acessível a todos.

Com a ajuda de Portugal e dos outros países lusofonos, o governo poderia criar cursos de recuperação de português para todos os adultos que tenham já completado a sua escolaridade. Cursos similares deveriam ser estabelecidos e tornados obrigatórios em universidades estrangeiras não- lusófonas, onde estudem ou sejam mandados estudantes timorenses, como na Austrália, na Nova Zelândia ou no Havai. Recomendo além disso que o novo governo consiga arranjar fundos adequados para a publicação rápida de dicionários, modernos e de fácil uso, de tétum-português e de português-tétum, e que estes sejam distribuídos gratuitamente por toda a camada juvenil que deles venha a necessitar.

É também oportuno recomendar a todos os indivíduos que venham a Timor como professores de português que façam o esforço de aprender o tétum. Tal gesto de respeito pela língua partilhada pela maioria da população, iria comprovar a todos que o trabalho

---

[2] A moderna língua indonésia *(Bahasa Indonesia)* deve de ser diferenciada do crioulo malaio (originário de Amboina, e que ainda é falado em Cupão) que influenciou as línguas timorenses entre os séculos XV e princípios do século XIX. O crioulo malaio havia já quase desaparecido do Timor Português antes da década de 1870. Portanto com a invasão indonésia em 1975, a língua indonésia não era falada nem sequer compreendida pela grande maioria da população deste país.

de restauração da língua portuguesa em Timor Leste não tem qualquer agenda neocolonialista.

Apreciando, tal como eu, a importância da língua portuguesa como parceiro natural do tétum em Timor Leste, é do meu desejo que o novo governo venha a implementar todas as medidas acima referidas, bem como a de proporcionar todas as oportunidades de trabalho aos jovens, independentemente da fluência do seu português. A decisão de restabelecer o uso corrente do português, exige uma grande sensibilidade e generosidade da geração mais velha, e o dever patriótico de aprender o português deveria ser apresentado como um convite a adquirir um recurso benéfico para todos os timorenses, não apenas para uma elite. Se, por outro lado, a restauração do português for feita de maneira coerciva, os defensores da língua portuguesa vão correr o risco de destruir esse programa de reaprendizagem e de a alienar a nova geração contra um elemento integral do seu património.

Se, até este momento, eu tenho estado a falar sobre a importância do português, do inglês e do indonésio, é porque uma nação pequena como Timor Leste necessita de ter uma ou mais línguas supra-regionais e internacionais, se assim deseja sobreviver no mundo moderno. Apesar de a língua portuguesa se ter naturalizado, através dos séculos, como uma das línguas de Timor, apesar do indonésio e do inglês se tornarem segundas línguas, a língua que a maioria dos timorenses utiliza no seu dia-à-dia não é o português, o indonésio ou o inglês.

No território de Timor Leste, o tétum e os outros vernáculos desempenham um papel ainda mais importante que o português, o inglês ou o indonésio. Como língua nacional, o tétum necessita que lhe seja dado um largo espaço na sociedade. Deve pois ser utilizado em todas as escolas, nas igrejas, na administração, nos negócios, na imprensa, na televisão e no teatro. Ao tétum deverá ser dada prioridade em todas as esferas da vida nacional e limitar o emprego do português e das duas outras segundas línguas a áreas onde o tétum não possa ser utilizado, por exemplo em presença de visitantes estrangeiros e quando o tétum careça dos necessários recursos.

O governo deve dar um importante apoio à língua nacional em todos os domínios e encorajar activamente todos os cidadãos para que a utilizem com confiança. Convém também patrocinar o desenvolvimento do tétum como uma língua moderna, aprovando para isso um sistema ortográfico apropriado, publicando dicionários e gramáticas. Os escritores em tétum devem ser acarinhados e incentivados. Seria oportuno estabelecer, o mais rápido possível, uma editora nacional para possibilitar a publicação de livros em tétum e em outros vernáculos, vendidos a um preço acessível aos leitores. Importante é também a criação de uma fundação nacional que encoraje a recolha e a preservação da literatural oral, arte, tecelagem, arquitectura, música, canto, e danças.

Se a língua nacional for promovida através das medidas acima referidas, ninguém vai poder voltar a afirmar que o tétum é um dialecto primitivo e sem função, incapaz de estar ao mesmo nível que o português e outras línguas modernas.

Admitido que Timor Leste precisa de uma língua co-oficial, e que o melhor candidato é o português; incumbirá todavia ao novo governo regulamentar e controlar o uso do português por todo o país. Se não se aplicar uma forte política de tutela e promoção do tétum, a língua co-oficial poderia penetrar áreas da vida social e cultural que pertencem

próprиamente à língua nacional. Tal reafirmação exagerada do português é um perigo real que exige uma constante atenção por parte do estado.

Em muitos países bilingues, por exemplo as Filipinas, Fiji, Irlanda ou Malta, a língua não indígena (nestes casos o inglês) prevalece na vida pública. Esta situação resulta do facto de os governos não terem produzido legislação suficiente para promover o desenvolvimento da língua nacional e obrigar os cidadãos e os residentes estrangeiros a utilizarem-na nas altas esferas. O mesmo poderia acontecer em Timor Leste se o futuro governo a tomar posse não conseguir criar uma política linguistica adequada à protecção da identidade nacional. Se os estrangeiros residentes em Timor Leste se habituarem a comunicar na sua própria língua com os locais, certamente que não farão o mínimo esforço para aprender o tétum. Se esta prática se generalizar, levaria a uma rápida dominação cultural, como a que havia no período colonial.

Timor Leste deveria seguir o exemplo de outros governos que conseguiram com sucesso introduzir legislação para a promoção de (outrora fracas) línguas nacionais, como por exemplo a Eslováquia. O governo poderia por exemplo obrigar todas as companhias estrangeiras a pôr etiquetas, em todos os seus produtos, em tétum e em português. Poderia exigir a tradução de toda a documentação comercial em Timor Leste, e proibir a publicidade pública em inglês. O uso da legendagem em tétum, em todos os programas de televisão e de cinema que não sejam em português, deveria se tornar obrigatória. Estas medidas não só viriam a gerar fonte de receitas mas também criariam numerosas oportunidades de trabalho para os tradutores timorenses.

A constituição nacional deveria também garantir a tutela de todos os vernáculos de Timor Leste além do tétum oficial. Deve ser evitada a todo o custo uma política que ignore, ou pior ainda, que reprima a diversidade linguística, como fazem tipicamente os governos fascistas influenciados pela filosofia jacobina saída da Revolução Francesa. Uma forte constituição nacional deve reconhecer com orgulho que a diversidade linguística de Timor Leste, longe de ser um factor de desunião, é um tesouro nacional que merece ser cultivado, bem como uma poderosa fonte de recursos humanos que vale a pena cultivar. Numa época em que o respeito pelo ambiente natural é tido como um valor universal, convém extender o zelo da conservação à diversidade linguística, evitando-se que a nação fique mais pobre pela perda de qualquer uma das suas línguas antigas.

Por entre as línguas a serem protegidas pelo estado, a duas delas, o baiqueno e o fataluco, deve ser acordado estatuto especial como vernáculos de regiões onde o tétum não é universalmente falado. Em vista dos conhecidos problemas de comunicação nestas duas zonas, sobretudo no enclave de Ambeno, é preciso dar prioridade, em termos de recursos linguísticos, às línguas baiqueno e fataluco.

Os mesmos recursos serão produzidos a longo prazo para todas as demais línguas e dialectos. Linguistas apoiados pelo estado poderão produzir dicionários, gramáticas e livros de leituras para cada vernáculo. Contudo, para infundir nos próprios falantes confiança na capacidade literária das suas línguas, precisará que elas sejam ensinadas nas escolas.

Na recta final desta minha apresentação, falarei brevemente sobre a difícil temática do ensino dos vernáculos nas escolas. A resolução da UNESCO de 1953 sobre a educação primária argumentava que: "O melhor meio para ensinar é através da língua materna do

aluno". Em países bilingues, a alfabetização consiste em ensinar às crianças em primeiro lugar a ler e escrever a língua materna. Depois, nas classes superioras da escola primária, principia o estudo da segunda língua.

Infelizmente existe um grande obstáculo para uma democrática implementação de tal método de alfabetização nas escolas primárias: a falta de um adequado programa de estudos em tétum. Outro importante obstáculo é a poliglossia: na maioria dos distritos, quando principia a instrução primária, as crianças de tenra idade ainda não falam o tétum. Para compensar tamanha lacuna seria necessário criar simples materiais pedagógicos na língua materna que, à excepção de algumas cartilhas e livros de contos em tétum, não existem.

Mesmo com o apoio do governo, vai demorar bastante até que os linguistas, colaborando com os educadores, produzam um programa de estudos integral em tétum, já para não falar nas outras línguas. Entretanto, a menos que o novo estado deseje que os professores primários sigam ensinando por meio do indonésio nas escolas, a única opção—dada a falta de recursos pegagógicos em tétum—é a de ensinar as crianças (e os adultos) através de material pedagógico português, que é abundante e de óptima qualidade. Seria oportuno, como medida provisória, incluir algumas lições de leitura e de escrita em tétum no contexto do programa português. Em zonas onde as crianças não compreendem o tétum, boa parte do ensino poderia ser ministrada através da via oral.

Em relação ao eventual ensino primário baseado na língua materna, os vernáculos deveriam ser utilizados desde a primeira classe, mas desde a terceira classe o tétum deveria tornar-se o principal veículo de leitura e de escrita, e de ensino geral. Quando os textos escolares se encontrem disponíveis, a maioria das matérias—gramática, história, geografia, matemática, ciências naturais, doutrina cristã—devem ser leccionadas, nos anos posteriores ao ensino primário, em tétum. Porém a partir da terceira classe, o ensino do português deve ser introduzido, e ensinado pelo seu próprio meio, não através do tétum.

Os programas da escola secundária não necessitam de tanto planeamento linguístico, dado que todas as disciplinas excepto a gramática tétum e a literatura tétum, serão leccionadas em português. A partir do primeiro ano do ciclo secundário, o inglês e o indonésio deveriam ser matérias obrigatórias. Os que tenham maior propensão para as línguas poderiam também estudar mais uma língua estrangeira, por exemplo o francês, o espanhol, o italiano, o alemão ou o japonês.

Quanto ao ensino universitário, recomendo como meios de ensino o português e o inglês. Contudo o governo deveria criar um departamento de tétum e um instituto de linguística timorense para promover os estudos e as pesquisas científicas nestes campos. Estes dois departamentos tornar-se-iam centros de recursos e de apoio para professores e especialistas de pedagogia.

No programa linguístico que acabo de descrever, existe espaço para todas as línguas que fazem parte da cultura de Timor Leste. Um programa linguístico inclusivo é o único remédio contra tendências políticas culturalmente contraproducentes que pretendem excluir uma ou outra língua. O que de verdade me parece importante é estabelecer as prioridades justas, baseadas em factos culturais, prioridades estas que estão voltadas para o futuro mas que também não se esquecem do passado.

Estas são as minhas reflexões e agora vos deixo, senhoras e senhores, para que debatam os princípios, factos e cenários por mim apresentados. Com a ajuda de Deus Todo Poderoso e dos Mártires de Timor Leste, estou confiante que Vossas Excelências vão encontrar maneira de renovar e de enriquecer a cultura da vossa tão amada pátria.